

AS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO E A REPRODUÇÃO DA VIDA DO CAMPONÊS NO ESPAÇO URBANO DE BELO CAMPO/BA

Silmara Oliveira Moreira
Graduanda em Geografia/UESB.
Silmara.geo@gmail.com¹

Resumo:

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa monográfica, que tem como objetivo principal compreender como ocorre a mobilidade campo-cidade em uma pequenas cidade, frente a mobilidade do trabalho. Assim, nesse momento, dar-se-á prioridade na compreensão da relação estabelecida entre a reprodução da vida do camponês na cidade e a produção do espaço urbano na cidade de Belo Campo/BA. Como recursos metodológicos foram utilizados dados levantados em pesquisa de campo, com a aplicação de questionários à famílias que residem na cidade, mas são naturais do campo e pesquisas no banco de dados do IBGE. Dessa maneira, o fator determinante nas condições de vida do trabalhador rural, é a divisão de classes em que vive a sociedade e não o seu local de moradia seja no campo ou na cidade.

Palavras-chave: Cidade-campo, Camponês, Reprodução da vida.

INTRODUÇÃO

O texto que segue tem por objetivo ponderar a respeito da relação estabelecida entre a reprodução da vida do camponês na cidade e a produção do espaço urbano em Belo Campo/BA, com o intuito de compreender a concepção que o camponês tem da cidade e a maneira como esse se vê enquanto um trabalhador do campo que reside na cidade.

Nessa perspectiva, é importante lembrar que o processo de urbanização, que se intensificou na Bahia a partir dos anos 1980, incorreu, mesmo que tardiamente, em grandes transformações sendo que essas se tornam mais visíveis com o início da implantação de indústrias na Região Metropolitana de Salvador. Assim, os municípios do interior do estado, também passaram por mudanças. Uma dessas alterações foi o crescente número de municípios emancipados, desde então, passando a existir um número maior de cidades. Outro fato importante nesse período, no município de Belo Campo (Figura 01), foi a migração de um grande contingente de pessoas, tanto das pequenas cidades quanto do campo, para a Região Sudeste do Brasil, à procura de

¹ Membro do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Janio Santos.

emprego, principalmente para o estado de São Paulo, onde se concentrava a maior parte das indústrias nacionais.

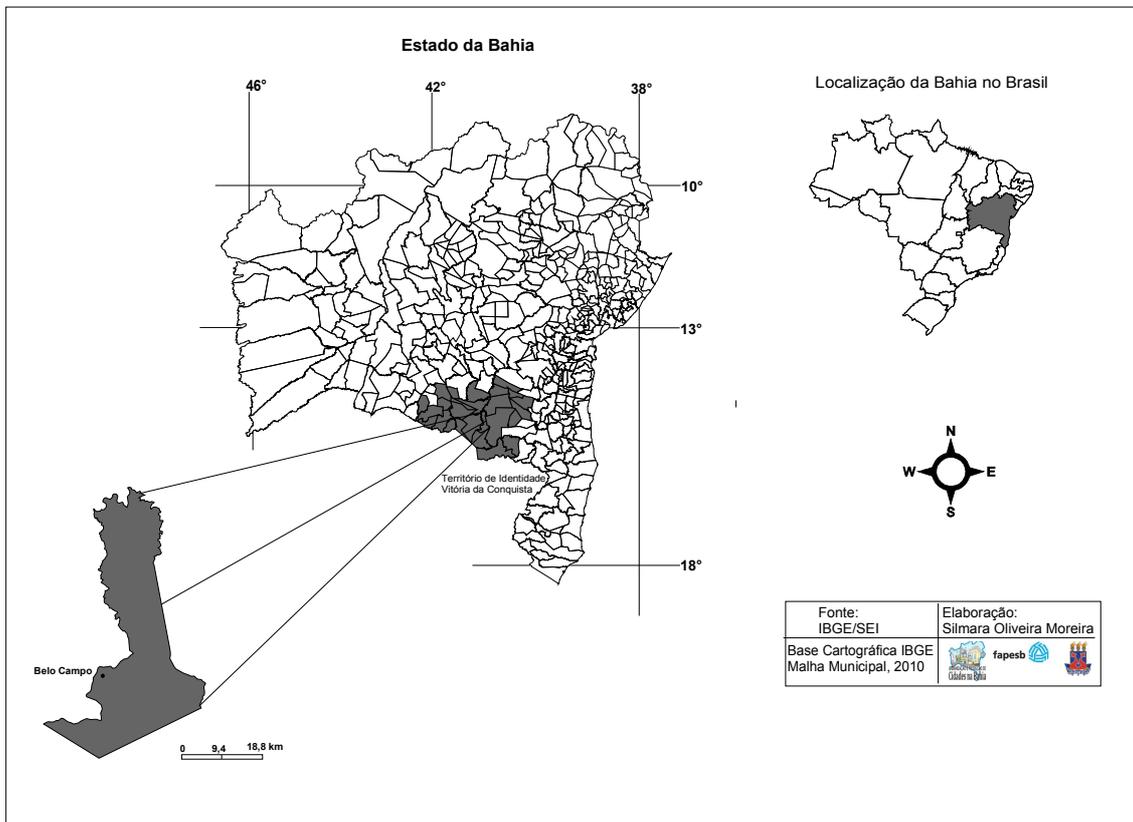


Figura 01: Localização do município de Belo Campo no Território de Identidade de Vitória da Conquista, 2011
Fonte: SEI

Dessa maneira, o duplo processo de industrialização/urbanização naquele momento interferiu diretamente na dinâmica das pequenas cidades baianas, não com a instalação de indústrias, como ocorreu em muitas cidades brasileiras, mas com a migração de um número muito grande de pessoas não só para as grandes cidades, como também do campo para as pequenas cidades.

A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO

A discussão a respeito das relações que se estabelecem entre cidade e campo requer um aprofundamento, não somente de questões demográficas, da divisão do trabalho, que é social, técnica, econômica e, porque não dizer, territorial, mas, também, de entender a realidade social, ou seja, as relações que se estabelecem entre os sujeitos

que compõem/produzem o espaço, com a sua morfologia, sua realidade material.

Segundo Carlos:

A cidade e o campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais nele contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que os une. (CARLOS, 2004, p. 3)

Sendo assim, o campo é tomado por um conteúdo de relações inerentes ao processo de urbanização, transformando demasiadamente as relações estabelecidas, e revela conseqüentemente uma complementaridade entre ambos. A autora considera essa articulação como um desafio para o entendimento das relações campo-cidade, que deve caminhar na direção de uma compreensão não de um desaparecimento do rural, mas que, diante das transformações que a sociedade vem passando, apontam para o surgimento de novas relações. As idéias de Carlos (2004) comungam com as propostas por Lefebvre (2008), que, culminaria na formação da sociedade urbana.

Por outro lado, Sposito (2006) propõe o seguinte:

Não há diferenciação social sem divisão social e territorial do trabalho e a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo. Na divisão do trabalho há divisões, separação, mas há também complementaridade. (SPOSITO, 2006, p. 116)

Assim, a divisão territorial do trabalho configura a principal divisão entre a cidade e o campo. A união das funções dentro dessa divisão estabelece uma complementaridade. Essa divisão técnica, social e territorial do trabalho deve ser analisada juntamente com outros componentes das relações sociais presentes no espaço. Para Whitacker (2006), diante da complexidade das relações entre esses dois espaços, essa complementaridade está cada vez menos palpável, pois, segundo o autor:

Tal complementaridade se materializa nas trocas simbólicas e na trocas econômicas, que implicam em fluxos de informação (a TV que se vê no campo e na cidade, por exemplo), fluxos de mercadorias (o produto do campo que se torna dinheiro, completando o ciclo da mercadoria na cidade), fluxos de capitais (o “agronegócio”). (WHITACKER, 2006, p.131)

Dessa forma, essas trocas ao mesmo tempo em que são expressões da propagação do urbano enquanto modo de vida, atrelado a uma lógica do sistema produtivo em vigência, acontecem concomitantemente a uma nova reordenação da divisão do trabalho. Tais mudanças estão ligadas a nova postura do campo, implicando no espraiamento dos setores da economia pelo mesmo.

Araujo e Soares (2009), dentro da mesma proposta teórica, ao tratarem das relações cidade-campo destacam o seguinte:

[...] entendemos que o campo e a cidade não podem ser utilizados como sinônimo de rural e urbano, pois, apesar da dependência que se estabelece entre eles pelo fato de, teoricamente, o campo ser a base prática da manifestação do rural e, de forma semelhante, a cidade ser a base de manifestação do urbano, podemos incorrer em um erro ao realizarmos tal associação simplista. Dada a intensidade de relações que se estabelecem entre o campo e a cidade, percebemos que a realidade social manifestada e associada a cada espaço (rural e urbana) ultrapassa os limites de cada um, existindo uma influência mútua entre eles. (ARAUJO; SOARES, 2009, p. 207)

De acordo com o que propõe os autores, tanto as relações inerentes ao urbano, como as próprias do rural, podem, em algum momento, perpassar os limites do campo ou da cidade, respectivamente, uma vez que esses espaços sofrem influência um do outro devido a intensidade de relações estabelecidas entre eles.

A VIDA NA CIDADE SOB O OLHAR DO HOMEM DO CAMPO

A cidade de Belo Campo, ao passar da condição de vila, na década de 1960, para distrito-sede, seguiu a lógica da emancipação política de vários municípios baianos e estava inserida no processo de urbanização que se mostrava cada vez mais intenso, ao se disseminar por todo o território brasileiro. A urbanização, aos poucos, juntamente com o processo de industrialização, mudou a organização espacial do país. Conforme dados do IBGE, no final do século XX, mais precisamente a partir da década de 1980, esse passou de um país eminentemente rural, ou seja, com a maioria da população vivendo no campo, para um país urbano, que possui a maioria de sua população vindo nas cidades. Os pequenos municípios baianos, aos poucos, também foram mudando suas características atingindo uma população urbana cada vez maior.

O município de Belo Campo, desde a sua emancipação política e administrativa, sempre possuiu uma Taxa de Urbanização crescente, demonstrando o quanto a lógica da urbanização, que era forte em todo o país, também se fez presente em Belo Campo, enquanto uma pequena cidade. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a população urbana cresceu significativamente, sendo que, em 2010, pela primeira vez a população que vive na cidade se mostrou maior que a população rural.

Enquanto a população rural diminuía no município, aqueles que continuavam residindo no campo enfrentavam problemas relacionados ao acesso a serviços básicos de saúde, educação, transporte e energia elétrica, além das precárias condições de trabalho dos camponeses. Assim, o poder público se mostrava ausente na aplicação de ações que pudessem garantir a permanência desses trabalhadores camponeses em suas terras.

Dessa forma, o movimento da urbanização em Belo Campo esteve ligado, durante esses anos, diretamente com a questão da mobilidade campo-cidade, dentro do próprio município ou para outras cidades e regiões do Brasil.

No que diz respeito à migração para a própria cidade, ao chegar à Belo Campo, essas condições de vida pelas quais o camponês ia à busca não eram encontradas de fato. Suas vidas passaram a ser marcadas por uma procura incessante de trabalho, quase sempre, também precário, para que pudessem garantir sua sobrevivência na cidade. A realidade observada na pesquisa de campo revela o quanto ainda é forte a ideologia da cidade como o sinônimo de “desenvolvimento”.

Desse modo, convém observar que os camponeses ouvidos na pesquisa de campo, na sua grande maioria, consideraram a vida que levam na cidade melhor que no campo. Esses somam 90%.

É importante lembrar que esses mesmos trabalhadores, que, na sua grande maioria, disseram ter melhorado as suas condições de trabalho e que conseguem trabalho mais facilmente, também são aqueles que, majoritariamente, estão submetidos a trabalhos totalmente precarizados e com uma baixa remuneração, ou até mesmo sofrem com o desemprego em suas famílias; ou seja, essa condição de vida que a cidade lhes oferece, mesmo estando longe de ser o que imaginavam quando deixaram suas terras, ainda é uma maneira de sobreviver e funciona como a esperança de melhorias.

Dentre as melhorias apontadas pelos entrevistados, as condições de trabalho e o acesso a esse trabalho foram os fatores mais relatados (Figura 02).

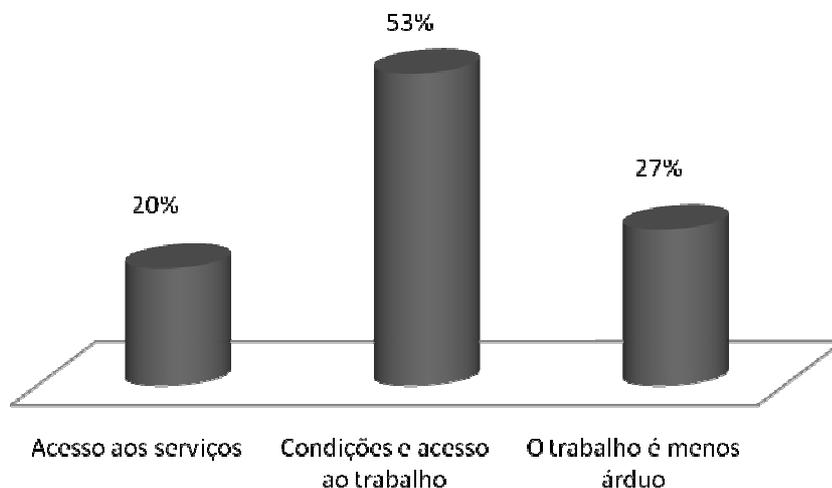


Figura 02: Belo Campo, melhorias nas condições de vida do camponês que migrou para a cidade, 2010
Fonte: Pesquisa de campo, 2010

Aqueles que consideraram não ter havido melhorias nas condições de vida, ou até mesmo ter piorado, os 10% restantes, contaram que o acesso aos alimentos, antes produzidos por eles mesmos, na cidade se torna mais difícil, uma vez que quando precisam têm de comprar. Outro fato é que no campo podiam retirar o sustento do seu trabalho na terra e na cidade o emprego se tornou escasso.

A maior parte dos questionados possui uma renda muito pequena. Mesmo que a renda média por família, em sua maioria, se encontra entre um e três salários mínimos, essa não é fixa, podendo variar de um mês para o outro, uma vez que os trabalhos não são estáveis.

Outro fator a ser considerado é a ocorrência de que 48% das famílias recebem apenas um salário mínimo e, em muitos casos, é o de um aposentado, que mantém o restante da família. Essas famílias, mormente, são compostas por três membros ou mais, revelando uma situação financeira e uma condição de vida dificultada pelo baixo poder aquisitivo (Figura 03).

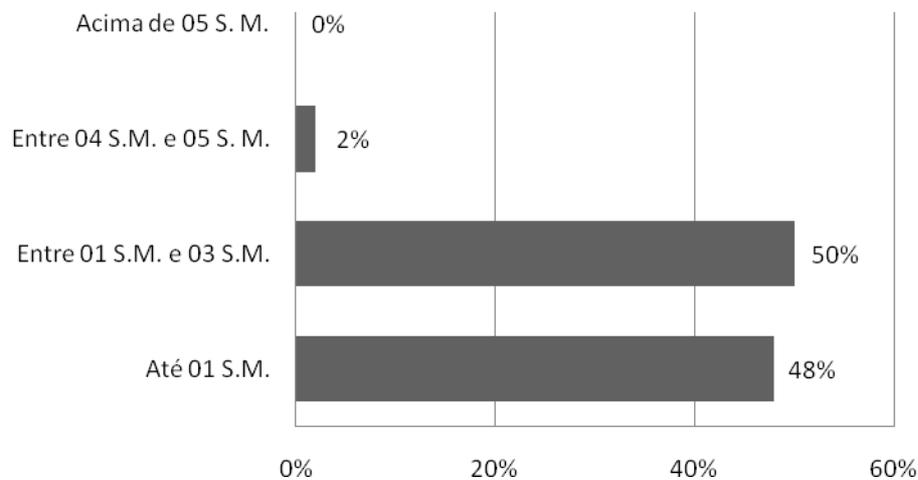


Figura 03: Belo Campo, renda média dos trabalhadores rurais que foram para a cidade, 2010

Fonte: Pesquisa de campo, 2010

A respeito da outra parte das famílias entrevistadas que recebem entre um e três salários mínimos, uma parcela considerável, pois chega a 50%, também segue a mesma lógica, em que a renda é composta majoritariamente pelo salário dos aposentados.

A baixa renda que, normalmente, está relacionada com a pouca escolaridade, outro fator presente nessas famílias, não é considerado como condicionante, porque mesmo aqueles que possuem um grau de instrução melhor, embora sejam poucos, não conseguem emprego. As vagas de emprego oferecidas na cidade são poucas e, além de não serem suficientes, ainda proporcionam salários baixíssimos.

A educação formal no município de Belo Campo foi implementada há pouco mais de 30 anos. Assim, logo se pressupôs, no início da pesquisa, que muitos dos trabalhadores a serem entrevistados, possivelmente, não chegaram a frequentar a escola. Essa hipótese se confirmou com os dados levantados.

Precisamente, 57% dos trabalhadores ou não estudaram ou somente cursaram até a antiga quarta série do ensino fundamental, primeiros ciclos atuais, revelando uma situação de baixa escolaridade. Levando-se em conta que grande parte desses trabalhadores veio de povoados onde o acesso à escola, como dito por eles, era muito difícil, devido à distância, pode-se considerar que o fato de estarem morando na cidade não significou um acesso garantido à educação, uma vez que muitos desses camponeses,

tendo de trabalhar para manter suas famílias, nem sempre dispõem de tempo para frequentar a escola².

Dessa maneira, a idéia que esses trabalhadores rurais tinham da cidade como o sinônimo de melhores condições de vida se perde diante das dificuldades que eles enfrentam no dia-dia, muito mais ligadas a uma questão de disposição de recursos financeiros, ou seja, à classe social que estão inseridos, do que no fato de residirem no campo ou na cidade.

Seus filhos, por conseguinte, em muitos casos vão à escola, mas encerram os estudos no ensino médio, devido à ausência de condições financeiras para dar prosseguimento. Assim, a reprodução do sujeito enquanto classe acompanha as gerações seguintes, que não são mais trabalhadores rurais que vão para a cidade, mas trabalhadores desempregados que não têm alternativas a não ser repetir a mesma atitude de muitos parentes: irem para a Região Sudeste do Brasil, normalmente para São Paulo, à procura de emprego.

As famílias dos trabalhadores rurais são compostas, na maioria dos casos, por membros que nasceram no campo, sendo que 64% dos entrevistados disseram não apresentar na família pessoas que nasceram após a vinda para a cidade. Dos 36% que possuem membros que nasceram na cidade, há uma incidência maior de nascimento de apenas um dos membros.

Conforme foi observado em campo, para o trabalhador rural que veio para a cidade de Belo Campo, no geral, essa dinâmica trouxe melhorias, se comparada à vida que levava no campo, com relação à situação financeira, serviços – educação, saúde, transporte, acesso à água e energia elétrica - dentre outros. Contudo, não é a vida que esperavam, pois, em muitos casos, a sua condição de existência não sofreu melhorias, passando a não possuir nem mesmo uma casa para morar.

Assim, a situação em que se encontram esses camponeses que saíram do campo para eles está bem melhor do que na época de sua chegada porque, de certa maneira, houve uma estabilização na cidade, mas muitos ainda lidam com o estranhamento desse novo modo de vida.

O distanciamento cada vez mais forte do modo de vida tipicamente rural, associado à falta do “pedaço de chão” onde esses camponeses podiam retirar da terra o

² Fonte: Pesquisa de Campo, 2010

próprio sustento, e ao trabalho cada vez mais escasso na cidade, faz com que haja um estranhamento da vida na cidade.

Mesmo diante das dificuldades relatadas, a cidade ainda é concebida por grande maioria dos trabalhadores rurais, que migraram para a mesma, como uma esperança nas melhorias nas condições de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção de tornar-se um migrante por parte do camponês está atrelada a uma busca incessante por condições melhores de trabalho, de um trabalho que lhe garanta a reprodução da vida, seja na cidade do próprio município ou em outras regiões do país.

Apesar de todas as dificuldades encontradas na cidade, o camponês ainda concebe a vida nela como melhor que a vida que tinha no campo, porque mesmo ideologicamente, as suas atuais condições lhe dão esperanças de uma possibilidade, ainda que remota, de melhorias.

Por fim, a pesquisa traz a tona um questionamento de até que ponto as políticas públicas governamentais dariam conta de resolver os problemas relacionados com a precariedade do trabalho no campo, uma vez que essa situação precária é condição essencial para a sobrevivência do modo de produção vigente? Porém, essa é uma questão que ainda não pode ser respondida, encarada como uma limitação da pesquisa, que pode ser retomada em outro momento.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, F. A. V de.; SOARES, B. R. Relação Campo-cidade: desafios e perspectivas. In: **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, 2009, v.4, n. 7, p. 201-229. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>.

CARLOS, A. F. A.. A questão da cidade e do campo. Teorias e políticas. In: **Mercator**, Fortaleza-CE, v. 5, p. 8-13, 2004.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. 2 ed. UFMG. Belo Horizonte. 2008

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.111-130.

WHITACKER, A. M. Cidade imaginada. Cidade concebida In: SPOSITO, M. E. B.;
WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e
rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.131-155.